

Reconquistar os serviços públicos

Como estão as cidades e os cidadãos a reverter as privatizações

Porque estão as pessoas de todo o mundo a reaver os serviços essenciais dos operadores privados e a devolver a sua prestação à esfera pública? Há muitas motivações por trás das iniciativas de remunicipalização: o objetivo de acabar com os abusos do setor privado em matéria de violações dos direitos laborais; o desejo de recuperar o domínio sobre a economia e os recursos locais; a vontade de providenciar serviços acessíveis às pessoas; ou a intenção de implementar estratégias ambiciosas, por exemplo, para a transição energética ou para o ambiente. Nos últimos anos, houve pelo menos 835 exemplos de (re)municipalização^[1] de serviços públicos em todo o mundo, envolvendo mais de 1600 cidades de 45 países. A remunicipalização está a acontecer em cidades pequenas e capitais de todo o planeta, segundo vários modelos de titularidade pública e com diferentes níveis de envolvimento dos cidadãos e dos trabalhadores. Não obstante, do seio dessa diversidade está a surgir uma imagem coerente: é possível reaver ou desenvolver serviços públicos eficazes, democráticos e acessíveis. A qualidade de serviço cada vez menor e os preços cada vez mais altos não são inevitáveis. Mais e mais pessoas e cidades estão a encerrar o capítulo da privatização e a devolver os serviços essenciais à posse pública.



● <https://www.tni.org/en/publication/reclaiming-public-services>

Descarregue o livro completo em inglês (237 páginas).
As edições espanhola e italiana serão publicadas no outono de 2017.

10 histórias de (re)municipalização

1 Oslo, Noruega

Das violações de direitos laborais aos empregos melhores com benefícios para os trabalhadores de recolha de lixo

Em 2017, a autarquia de Oslo recuperou com êxito os serviços de recolha de lixo para a posse pública após 20 anos de adjudicação por concurso. A Veireno, última prestadora de serviços privada, depressa se tornou um símbolo do que pode correr mal com a adjudicação por concurso. Entre outubro de 2016, data em que a Veireno ganhou o concurso para os serviços de recolha de lixo da capital, e fevereiro de 2017, a autarquia recebeu dezenas de milhares de queixas de cidadãos cujo lixo não era recolhido. Os serviços de inspeção do trabalho noruegueses inspecionaram a empresa e detetaram semanas de trabalho de mais de 90 horas para alguns empregados. Os serviços de recolha de lixo de baixo custo da Veireno eram claramente obtidos em prejuízo das condições laborais. No dia 1 de janeiro de 2017, a empresa requereu insolvência e isentou-se de todas as responsabilidades, incluindo pagamentos aos trabalhadores. Em fevereiro de 2017, a cidade de Oslo remunicipalizou a recolha de lixo, tomou posse dos ativos da Veireno e readmitiu 170 ex-trabalhadores. A tomada de controlo prevê-se dispendiosa, já que vários empregados a tempo parcial da empresa privada trabalharão agora a tempo inteiro para o município, com o salário e os direitos de reforma associados.

2 Deli, Índia

Cuidados de saúde públicos, a via mais eficaz para os cuidados de saúde básicos universais

Em 2015, o governo do recém-eleito Aam Aadmi Party (AAP, ou Partido do Homem Comum) iniciou o processo de concretização de uma das suas principais promessas pré-eleitorais, cuidados de saúde primários acessíveis, estabelecendo 1000 clínicas Mohalla (comunitárias) em Deli.

No início desse ano, o novo governo prometera afetar 2,09 mil milhões de rupias (31,4 milhões de dólares dos EUA) às 1000 clínicas propostas. Em fevereiro de 2017, estavam a funcionar cerca de 110 clínicas em algumas das zonas mais pobres de Deli. As clínicas foram implementadas pelo Departamento de Obras Públicas, por um custo unitário aproximado de 2 milhões de rupias (30 000 dólares dos EUA). Devido às suas pequenas dimensões e ao uso de módulos pré-fabricados transportáveis que podem ser instalados com facilidade em praticamente qualquer lugar, as clínicas são muito mais baratas do que os dispensários do governo (que custam, cada um, 450 000 dólares dos EUA). Cada clínica está dotada de um médico, um enfermeiro, um farmacêutico e um técnico de laboratório. As consultas, os medicamentos e as análises laboratoriais são providenciados aos utentes de forma gratuita, independentemente da sua condição económica. Dado que as clínicas foram criadas no segundo semestre de 2015, o governo de Deli afirma que mais de 2,6

milhões dos seus habitantes mais pobres já receberam cuidados de saúde gratuitos de qualidade. Anteriormente, os cidadãos mais carenciados de Deli estavam dependentes de clínicas privadas dispendiosas ou até mesmo de charlatães. O êxito destas primeiras clínicas aproxima o governo do AAP da concretização da sua promessa de prestação de cuidados de saúde primários gratuitos a todos os cidadãos de Deli.

3 Grenoble, Briançon, Nice

Defensores da remunicipalização nos Alpes Franceses

Grenoble é uma das cidades que se empenhou em remunicipalizar e desenvolver serviços públicos locais democráticos e sustentáveis. A cidade foi pioneira na remunicipalização da água no início dos anos 2000, quando acabou com um contrato corrupto com a multinacional da água Suez. No seu lugar, Grenoble criou um novo operador público de abastecimento de água que fornece água de melhor qualidade por um custo mais baixo e inclui a participação dos cidadãos na gestão dos serviços. A cidade procura agora remunicipalizar inteiramente os seus serviços locais de energia, incluindo o aquecimento coletivo e a iluminação urbana, num esforço para combater a pobreza energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. Tal obriga à recompra das ações da multinacional da energia Engie na empresa de energia local, o que também suscita questões laborais complexas. A cidade também estabeleceu o objetivo de fornecer refeições 100% locais e de comida biológica às crianças nas cantinas escolares. Todas estas políticas

estão a ser desenvolvidas num contexto de recursos financeiros drasticamente reduzidos, resultante de medidas de austeridade implementadas pelo governo francês. Outras cidades francesas, em particular na região dos Alpes, estão também a desenvolver serviços públicos locais e a remunicipalizar vários sectores. Briançon remunicipalizou os serviços de água e resíduos e visa agora atingir o "desperdício zero". A cidade está também a desenvolver um sector público local para a energia. No extremo sul dos Alpes Franceses, o aglomerado urbano de Nice, apesar de governado por uma administração conservadora, remunicipalizou a água, o saneamento, os transportes públicos e as cantinas escolares, bem como um festival cultural e um mercado.

4 Hamburgo, Alemanha

Nova empresa local de energia recupera a rede elétrica

Por volta da viragem do século, a cidade de Hamburgo vendeu a investidores privados as suas participações na empresa de eletricidade e aquecimento urbano e na companhia de abastecimento de gás. Em 2009, uma administração de coligação entre conservadores e ecologistas instituiu uma nova companhia pública denominada Hamburg Energie, com o objetivo de construir instalações de geração de energia renovável e vender a eletricidade produzida. Uma vez estabelecida, essa companhia demonstrou ser muito eficaz no aumento da quota das energias renováveis. Foram instalados mais de 13 MW de capacidade de geração de energia eólica até ao final de

2015 e foi concluído um programa de energia solar de 10 MW que envolveu cidadãos e empresas locais como coinvestidores. A companhia atraiu mais de 100 000 clientes que optaram pelas energias renováveis e de produção local. Quando o governo social-democrata que entrou em funções em 2011 não se mostrou recetivo a agendar a remunicipalização das redes ao finalizarem as concessões, formou-se uma ampla coligação popular para pressionar o governo nesse sentido. A coligação organizou um referendo para vincular legalmente o governo à recuperação das redes de energia (eletricidade, aquecimento urbano e gás) e para formar uma companhia que desse resposta às necessidades sociais e ecológicas. O referendo de Hamburgo acabou por ter êxito por uma escassa maioria em 2013. A rede de eletricidade foi readquirida em 2015 e a remunicipalização da rede de gás será implementada em 2018-2019. Apesar dos receios dos sindicatos, as condições laborais e remuneratórias não se degradaram e foram criados empregos.

5 Argentina

Serviços postais públicos superiores aos privados em qualidade, cobertura e preço

A empresa argentina de serviços postais Correo Argentino (CORASA) foi o primeiro serviço público a ser desprivatizado sob a administração do Presidente Kirchner. A CORASA foi privatizada em 1997 e a sociedade de investimento argentina Grupo Macri conquistou o domínio do sector e obteve uma concessão de 30 anos como prestadora de serviços. O contrato

estipulava que o Grupo Macri pagaria ao Estado uma quantia bianual por gerir o serviço e que deveria continuar a empregar os recursos humanos existentes. Em troca, o governo continuaria a conceder um subsídio regional à empresa por ter de prestar o serviço com prejuízo em partes distantes do país. Apenas dois anos após celebrada a concessão, em 1999, o Grupo Macri deixou de pagar *royalties* ao governo. Durante o período concessionado, a qualidade do serviço permaneceu baixa, as rotas rurais eram mal servidas e os preços aumentaram várias vezes. Após seis anos, o governo terminou a concessão ao Grupo Macri e voltou a nacionalizar o serviço postal. Embora o serviço postal estivesse a funcionar com sérios prejuízos durante a privatização, a administração Kirchner conseguiu melhorar a prestação do serviço e voltar a priorizar as ligações às rotas rurais que tinham sido negligenciadas pelo Grupo Macri. Além disso, o governo baixou o custo do serviço postal e aumentou a fiabilidade e a responsabilização operacionais.

6 Barcelona, Espanha

Reorganizar os serviços públicos no interesse da população

Desde que a coligação progressista Barcelona en Comú conquistou o poder na capital catalã, a cidade deu início a uma abrangente política de remunicipalização de serviços subcontratados e de criação de novos serviços públicos. Barcelona já remunicipalizou os serviços de prevenção da violência de género e três jardins de infância, além de ter criado uma nova empresa municipal de serviços funerários.

Recentemente, a cidade criou um novo fornecedor público de eletricidade, a partir de uma empresa municipal existente, que fornecerá energia a um preço acessível e transparente, ao contrário dos fornecedores privados de energia que impõem preços cada vez mais elevados aos seus clientes. Mais importante, na sequência de uma moção da Câmara Municipal de dezembro de 2016, Barcelona pretende agora municipalizar os seus serviços de água. Tal significa acabar com a empresa privada Agbar (Aguas de Barcelona), uma subsidiária da Suez, que gere a água da cidade desde o século XIX. A cidade criou uma associação para a gestão pública da água com outras cidades catalãs que remunicipalizaram a sua água ou planeiam fazê-lo. Com a assistência da operadora remunicipalizada francesa Eau de Paris, Barcelona vai preparar os relatórios necessários à transição para a gestão pública da água. Tal como outras cidades da Catalunha e do resto de Espanha, Barcelona está a conseguir concretizar (re)municipalizações apesar da oposição ativa do governo central e de um conjunto de leis espanholas que impõem medidas de austeridade às administrações locais.

7 De Hamilton a Port Hardy, Canadá

Benefícios ambientais e financeiros no regresso da água à sua origem

Em 1994, Hamilton (Ontário) aceitou celebrar, por ajuste direto, uma parceria público-privada de 10 anos para a gestão e a manutenção das suas unidades de tratamento de água e de águas residuais. Problemas com derrames de esgotos criaram conflitos entre o operador privado e

o município. Os recursos humanos sofreram cortes durante o período de gestão privada e o município ficou sujeito ao pagamento de multas pelos derrames da unidade de tratamento de esgotos, graças a disposições contratuais que protegiam a empresa privada. Em 2003, ao aproximar-se o final do contrato, Hamilton abriu um concurso para encontrar outro operador privado. Porém, a mobilização da comunidade, conjugada com uma proposta de valor excessivo da American Water, subsidiária da RWE, foi suficiente para bloquear a renovação. Em 2004, Hamilton cancelou o convite à apresentação de propostas e iniciou o processo de recuperação do domínio sobre a água. A remunicipalização depressa deu origem a poupanças significativas e a padrões ambientais mais elevados em Hamilton. Reduções de custos, qualidade mais elevada e confiança na capacidade do pessoal interno são tópicos comuns nas mais recentes remunicipalizações canadianas de serviços de água e de águas residuais. Entre os restantes exemplos, incluem-se as cidades de Banff em Alberta e de Sooke e Port Hardy na Colúmbia Britânica. Em Banff, um relatório de avaliação projetou que a cidade pouparia anualmente 350 000 dólares dos EUA (235 000 euros) com a gestão interna. Em Sooke, a decisão da Câmara Municipal de recuperar a gestão do sistema de águas residuais em 2016 baseou-se num relatório de avaliação no qual se concluía que a gestão interna pouparia anualmente à comunidade cerca de 225 000 dólares dos EUA (150 000 euros).

Leia mais: Report *Back in House* (2016)

<http://www.civicgovernance.ca/back-in-house/>

8 Nottingham, Leeds e Bristol, Reino Unido

Novas empresas municipais de energia unem forças para combater a pobreza energética

A Câmara Municipal de Nottingham decidiu instituir uma nova empresa de abastecimento em 2015, após descobrir que muitas famílias de rendimento baixo da cidade sentiam dificuldades para pagar as contas de energia. A Robin Hood Energy providencia um serviço mais barato, já que não retira grandes lucros nem confunde os utentes com pacotes tarifários complicados. A empresa, que oferece os preços mais baixos do Reino Unido, tem por lema: "Sem acionistas privados. Sem gratificações para administradores. Apenas preços claros e transparentes." A Robin Hood Energy também formou parcerias com outras grandes cidades. Em 2016, a cidade de Leeds criou a empresa municipal White Rose Energy para promover tarifas simples e sem intuito lucrativo nas regiões de Yorkshire e Humberside. Em 2017, as cidades de Bradford e Doncaster concordaram em aderir à parceria White Rose/Robin Hood. Em 2015, a cidade sulista de Bristol criou a Bristol Energy, a sua própria empresa municipal de energia, juntamente com um ambicioso programa de eficiência energética residencial, um programa de investimento em energias renováveis e a promoção da eficiência energética nos seus edifícios e terrenos. Por fim, ativistas da campanha Switched on London estão a pressionar a sua cidade para estabelecer uma empresa de energia sem fins lucrativos e com uma genuína

participação dos cidadãos. As motivações destas várias cidades são semelhantes: as empresas municipais jovens podem, em simultâneo, combater a pobreza energética e desempenhar um papel fulcral numa transição energética justa e renovável.

9 Vilnius, Lituânia

A remunicipalização do aquecimento central desencadeou o ISDS

Em 2016, o governo da Lituânia foi processado pela Veolia, gigante francês da energia, quando a cidade de Vilnius decidiu opor-se à renovação do contrato de 15 anos com a sua subsidiária *Vilniaus Energija* para remunicipalizar o aquecimento urbano. A multinacional recorreu ao Tratado Bilateral de Investimento (TBI) França-Lituânia para dar início a um processo de arbitragem internacional, apresentando uma reclamação ao abrigo da Resolução de Diferendos entre Investidores e Estados (ISDS, ou Investor-State Dispute Settlement) devido a uma alegada "campanha de perseguição" e à "expropriação" dos seus investimentos. Além disso, segundo a Veolia, a sua subsidiária foi forçada a encerrar uma das suas centrais quando o governo lituano acabou com os subsídios ao consumo de gás. Segundo a investigação da entidade reguladora da energia lituana, a *Vilniaus Energija* era responsável por manipular o preço do combustível para aquecimento, aumentando assim significativamente o custo da energia para as famílias e gerando um excesso ilegítimo de lucro de 24,3 milhões de euros entre 2012 e 2014. Devido à crescente pressão pública, às alegações de fraude e à falta de transparência financeira, o município de Vilnius recusou

renovar o contrato com a *Vilniaus Energija*, levando a que a Veolia exigisse 100 milhões de euros por danos. O ataque por via do ISDS poderia ter forçado Vilnius a desistir da sua decisão e a manter o contrato. Porém, em 2017, a administração local prosseguiu com a recuperação do aquecimento urbano para o domínio público. O caso do ISDS continua pendente.

10 *Da ilha de Kauai a Boulder, Estados Unidos da América*

As desprivatizações puseram a democracia energética em prática

Devido aos custos de importação de carvão, gás e outros recursos, a ilha havaiana de Kauai enfrentou pressões únicas para encontrar fontes de energia alternativas. Em 2002, a Kauai Island Utility Cooperative (KIUC) adquiriu uma empresa de energia/telecomunicações privada sediada no Connecticut que estava a vender o seu negócio de eletricidade para se concentrar nas telecomunicações. A KIUC tornou-se assim a primeira cooperativa de geração, transmissão e distribuição de energia sem fins lucrativos do estado, detida e controlada pelos membros a quem serve. Esta companhia de titularidade local e controlo democrático presta serviços de eletricidade fiáveis e de baixo custo, tendo o objetivo de se basear a 50% em energias renováveis até 2023. Em 2016, a KIUC já atingira a marca de 38% de energias renováveis. No continente, a cidade de Boulder tem combatido pela democracia energética desde 2010. A princípio, sob pressão dos seus cidadãos, a cidade tentou forçar o seu fornecedor privado, a Xcel

Energy, a adotar uma transição radical para a energia com baixas emissões de carbono. Por fim, os obstáculos levantados pela Xcel levaram Boulder a aprovar uma postura para a criação de uma companhia elétrica municipal em 2014. Apesar dos desafios legais e das campanhas de desinformação da Xcel, a cidade continua a constituir uma empresa de energia municipal, com o apoio de fervorosas campanhas dos cidadãos. Estudos realizados demonstram que a titularidade local pode eliminar a dependência do carvão, duplicar a produção de energias renováveis e reduzir a metade o volume de emissões. As cidades dos EUA estão a provar que o abandono do Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas por Trump não impede as cidades e os cidadãos de avançar.

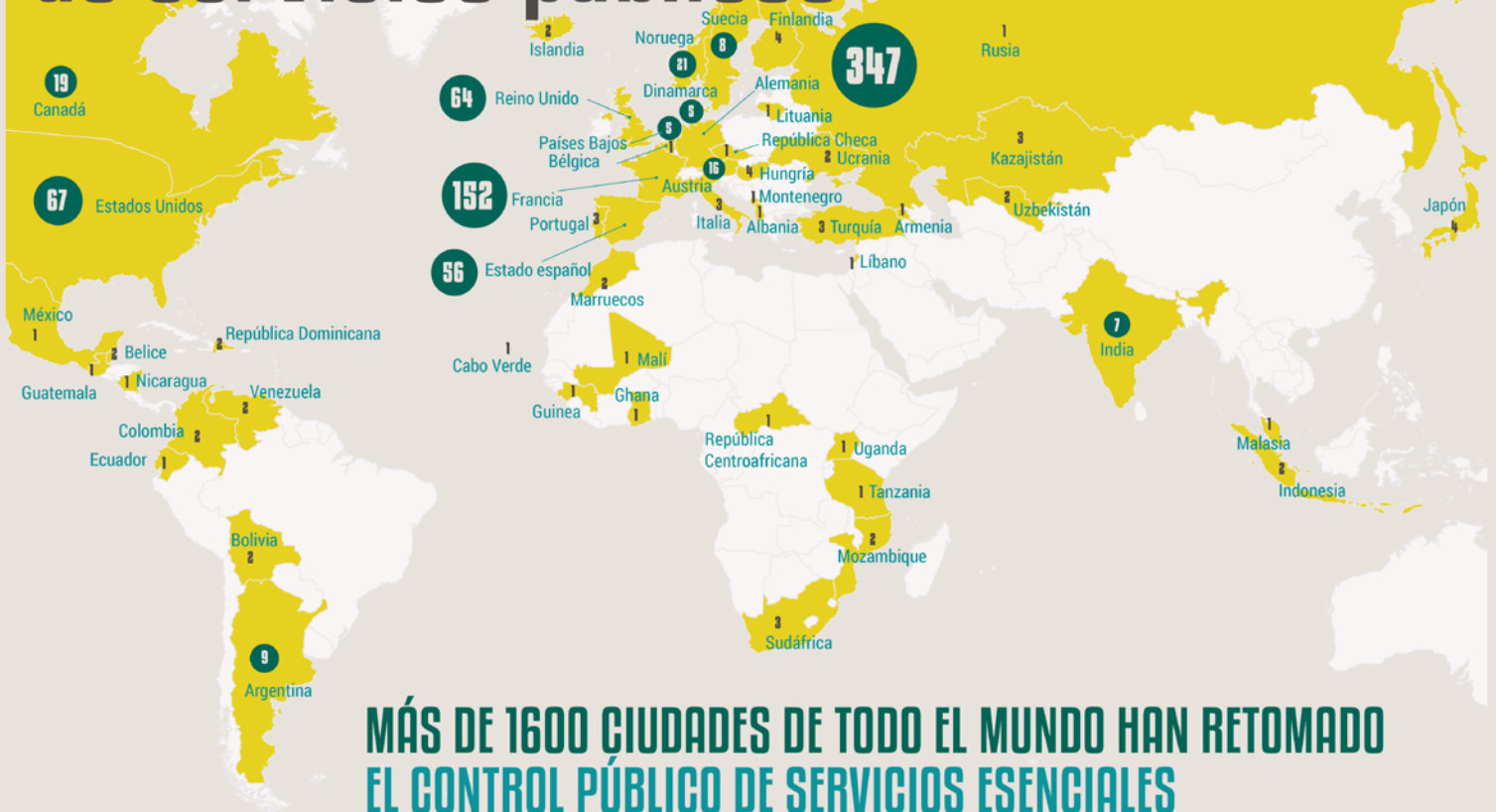
10 conclusões essenciais

1 Há soluções melhores do que a privatização cada vez maior, a crescente austeridade e as expectativas cada vez mais baixas

Há milhares de políticos, funcionários públicos, trabalhadores e sindicatos, bem como movimentos sociais, a trabalhar na recuperação ou na criação de serviços públicos eficazes. Fazem-no sobretudo ao nível local. A nossa investigação revela que, nos últimos anos, houve pelo menos 835

exemplos de (re)municipalização de serviços públicos em todo o mundo, envolvendo mais de 1600 cidades de 45 países. Em contradição com a narrativa prevalente de que os serviços públicos são demasiado dispendiosos, administrações locais e grupos de cidadãos estão a demonstrar que a (re)municipalização dá resposta às necessidades básicas das pessoas e aos nossos desafios sociais e ambientais mais gerais.

835 (re)municipalizaciones de servicios públicos



2 A (re)municipalização é bastante mais comum do que se pensa e funciona

A energia (311 casos) e a água (267 casos) são os sectores com mais exemplos de (re)municipalização. Cerca de 90% das (re)municipalizações do sector da energia ocorreram na Alemanha (284 casos), país famoso pela sua ambiciosa política de *Energiewende*. A remunicipalização da água ocorreu sobretudo em França (106 casos), o país com o mais longo historial de privatização da água e no qual estão sediadas as grandes multinacionais do sector Suez e Veolia. Diversos serviços governa-

mentais locais, tais como piscinas, fornecimento de refeições escolares, manutenção de espaços públicos, alojamento, limpeza e serviços de segurança têm regressado ao domínio público no Canadá, em Espanha, no Reino Unido e noutros países. Nos sectores da saúde e da assistência social, mais de metade dos casos provém da Noruega e de outros países escandinavos. O nosso levantamento abrange atos de (re)municipalização de 2000 a janeiro de 2017. 137 casos registaram-se na primeira metade desse período (2000-2008), ao passo que 693 casos ocorreram na segunda metade (2009-2017). Tal significa que houve cinco

La (re)municipalización por sectores

267

Agua

País **Número de casos**

Francia	106
Estados Unidos	61
Estado español	27
Alemania	17
Argentina	8
Canadá	4
Hungría	4
Italia	3
Kazajistán	3
Sudáfrica	3
Bolivia	2
Colombia	2
India	2
Indonesia	2
Mozambique	2
Turquia	2
Ucrania	2
Uzbekistán	2
Venezuela	2
Albania	1
Bélgica	1
República	1
Centroafricana	1
Ecuador	1
Guinea	1
Libano	1
Malasia	1
México	1
Portugal	1
Rusia	1
Suecia	1
Tanzania	1
Uganda	1



Número de casos



31
Residuos

País **Número de casos**

Alemania	13
Reino Unido	7
Canadá	5
Francia	3
Estado español	2
Noruega	1

311
Energía

País **Número de casos**

Alemania	284
Estados Unidos	6
Reino Unido	5
Japón	4
Países Bajos	3
República Dominicana	2
Francia	2
Argentina	1
Dinamarca	1
Estado español	1
India	1
Lituania	1



Transporte **38**

País **Número de casos**

Francia	20
Reino Unido	7
Austria	3
Alemania	2
Portugal	2
Canadá	1
República Checa	1
India	1
Turquia	1



Educación

País **Número de casos**

Alemania	5
Reino Unido	3
India	1
Nicaragua	1
Estado español	1

Administración local **140**

- 24 edificios y limpieza
- 15 seguridad y emergencias
- 19 espacios públicos (verdes)
- 18 vivienda
- 20 comedores escolares
- 10 deporte
- 9 cultura
- 8 construcciones y reparaciones
- 4 funerarias
- 3 recursos humanos
- 5 tecnología de la información
- 5 otros



País **Número de casos**

Reino Unido	37
Alemania	26
Francia	21
Estado español	21
Austria	13
Canadá	9
Finlandia	3
Noruega	4
Dinamarca	2
Países Bajos	2
Armenia	1
India	1

Atención de la salud y asistencia social **37**

- 8 asistencia social
- 29 atención de la salud



País **Número de casos**

Noruega	16
Suecia	7
Reino Unido	5
Estado español	4
Dinamarca	2
Finlandia	1
India	1
Montenegro	1



vezes mais (re)municipalizações durante a segunda metade do período do nosso estudo. O ano de maior intensidade foi 2012, com 97 casos, e desde então os números têm-se mantido elevados.

3 A remunicipalização é uma resposta local à austeridade

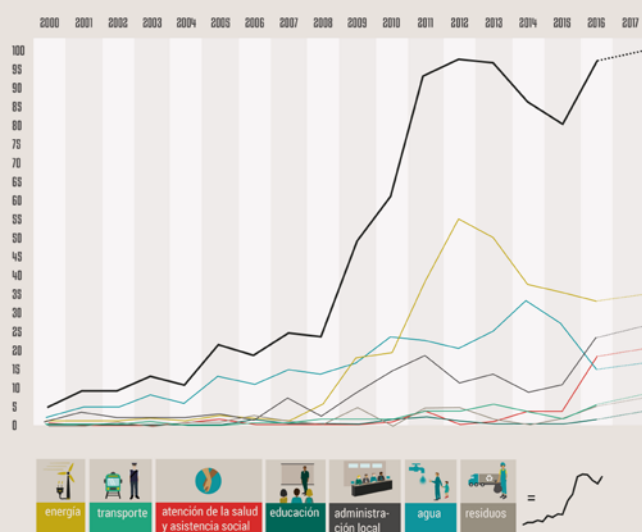
A remunicipalização é particularmente dinâmica na Europa, com exemplos em todos os países europeus e em todos os sectores. Por exemplo: 347 casos ocorreram na Alemanha, 152 em França, 64 no Reino Unido e 56 em Espanha. O movimento de remunicipalização na Europa pode ser visto como uma resposta às políticas de austeridade, uma reação contra os excessos da liberalização e o apoderamento empresarial dos serviços básicos. Porém, tal não significa que a remunicipalização seja sempre altamente politizada, nem que seja o domínio de um só lado do espectro político. De facto, vemos processos de remunicipalização a serem conduzidos por políticos de todas as cores e um consenso transpartidário local é muitas vezes um estímulo. Muitas vezes, a cisão política

relevante não é entre linhas partidárias, mas entre o nível local, em que os políticos e os responsáveis enfrentam as necessidades diárias das pessoas, e os níveis nacional e europeu, onde tem origem a pressão para a austeridade e os cortes orçamentais.

4 A (re)municipalização é uma estratégia essencial para a transição energética e a democracia energética

A (re)municipalização não tem a ver apenas com questões locais e políticas locais; muitas vezes, tem também a ver com a identificação de soluções locais eficazes para desafios globais, como as alterações climáticas. O sector da energia, em particular na Alemanha, demonstra esta tendência. De um total de 284 casos de (re)municipalização da energia no país, 166 concessões privadas de redes de eletricidade e/ou gás e 9 concessões de abastecimento de eletricidade foram terminadas e devolvidas às cidades. Ao mesmo tempo, foram criadas 109 novas empresas municipais (93 de redes de eletricidade/gás e 16 de abastecimento). Desde a época da liberalização da energia nos anos 1980, o mercado alemão da energia tem sido dominado pelas "Quatro Grandes" empresas energéticas. Quando estes gigantes da energia não conseguiram satisfazer a exigência pública de uma transição para as energias renováveis, empresas públicas locais novas e remunicipalizadas e cooperativas de cidadãos avançaram para a linha da frente da transição energética. Em ligação com o seu compromisso de suprimir por completo a energia nuclear, este movimento adquiriu uma dinâmica considerável e conquistou numerosas vitórias na transição para as

Desprivatizaciones por año



energias renováveis. Estão também a ser escritas novas histórias no Reino Unido, onde o mercado da energia é dominado pelas "Big 6". Quatro empresas municipais de energia recém-criadas fornecem eletricidade acessível às comunidades, em particular a famílias de rendimento baixo com dificuldades para pagar as contas da energia. Tal como no caso da Robin Hood Energy de Nottingham, a atividade principal da White Rose Energy em Leeds consiste em prestar serviços transparentes a preços sem fins lucrativos e posicionar o cliente no âmago de todos os seus negócios. Da mesma forma, a Our Power em Glasgow nasceu de uma parceria entre associações de habitação social e o governo escocês com o objetivo de prestar serviços acessíveis.

5 *Devolver os serviços ao domínio público é, em última análise, mais barato para as administrações locais*

Um dos principais argumentos defendidos pelos proponentes das privatizações e das parcerias público-privadas (PPP) é que as suas soluções são supostamente mais baratas e mais eficientes do ponto de vista económico do que a gestão pública. Porém, a experiência tem desmentido esta afirmação vezes sem conta. A contratação de uma empresa privada para a prestação de um serviço envolve custos adicionais devido à transferência imediata de verbas para as empresas-mãe e os acionistas. Na área das infraestruturas, as PPP introduzem um nível de complexidade elevado que é benéfico para advogados e auditores, mas que para os cidadãos proporciona pouco valor em relação ao custo. As experiências de muitas cidades destruíram o mito de que

os serviços internos custam mais. Quando Paris remunicipalizou a água em 2010, o novo operador conseguiu reduzir de imediato os custos em 40 milhões de euros, o montante que era anualmente obtido pelas empresas-mãe do operador privado. Em Newcastle, a modernização da sinalização ferroviária e do sistema de cabos de fibra ótica foi realizada por uma nova equipa interna por cerca de 11 milhões de libras (12,4 milhões de euros), ao passo que teria custado aproximadamente 24 milhões de libras (27 milhões de euros) se efetuada por uma empresa privada. Bergen (Noruega), onde dois centros de cuidados para idosos foram devolvidos ao domínio público, obteve resultados excedentários de 500 000 euros quando se previam perdas de 1 milhão de euros. Chiclana, em Espanha, readmitiu 200 trabalhadores de três serviços da administração local; não obstante, o município prevê poupar entre 16% e 21% no seu orçamento. Com a remunicipalização, os custos dos serviços de recolha de lixo e limpeza diminuíram anualmente de 19,5 milhões de euros para 10,5 milhões de euros em León (Espanha) e 224 trabalhadores receberam contratos públicos. Em resumo, a eliminação dos fluxos monetários para acionistas privados permite que o dinheiro dos impostos seja aplicado com eficiência em serviços públicos de qualidade.

6 *A (re)municipalização promove serviços públicos melhores e mais democráticos*

A remunicipalização raramente tem a ver apenas com a mudança da estrutura de titularidade do seio privado para o público. Tem a ver fundamentalmente com a

(re)criação de serviços públicos melhores que funcionem para todos. Tal inclui o restabelecimento de um ethos público, acesso universal, preços económicos e a asseguuração de transparência e prestação de contas perante os responsáveis eleitos e os cidadãos, por oposição ao enfoque único nas partes mais lucrativas do serviço. É por este motivo que várias cidades britânicas criaram novas empresas de energia municipais: para acabar com os acionistas privados, dividendos e gratificações e centrar atenções no acesso das famílias mais carenciadas a energia. Com frequência, os serviços públicos remunicipalizados envolvem novas formas de participação dos trabalhadores e dos cidadãos. Por exemplo, os novos operadores de água de Paris, Grenoble e Montpellier estão a tomar decisões conjuntas com os cidadãos acerca da reforma e da gestão dos serviços de água. Na Noruega, a cooperação tripartida através da qual os sindicatos, a autarquia e os políticos locais dialogam para resolver problemas nos locais de trabalho apresenta um historial comprovado de melhoramento dos serviços públicos. A democratização dos serviços públicos está também no centro do movimento de remunicipalização em Espanha, que teve origem na sequência da crise financeira com a resistência contra os despejos e os cortes de água e eletricidade. Por fim, a remunicipalização é muitas vezes um primeiro passo no sentido da criação dos serviços públicos do futuro: sustentáveis e baseados na economia local. Pode encontrar-se inspiração nas cidades e vilas europeias que visam o "desperdício zero" com os seus serviços de gestão de resíduos remunicipalizados ou o fornecimento de alimentos 100% locais e orgânicos às cantinas escolares remunicipalizadas.

7 A (re)municipalização apresenta mais 835 motivos para combater os acordos de comércio e investimento

As 835 (re)municipalizações recentes de serviços públicos em todo o mundo constituem mais 835 motivos para não ratificar o Acordo Económico e Comercial Global (CETA, ou Comprehensive Economic Trade Agreement) entre a União Europeia e o Canadá ou qualquer acordo de comércio e investimento similar. A proteção do investimento contida na maior parte destes acordos, também conhecida como Resolução de Diferendos entre Investidores e Estados (ISDS, ou Investor-State Dispute Settlement), lança um elevado ónus sobre a desprivatização e a remunicipalização, já que estes acordos internacionais têm por primeiro e principal objetivo a proteção dos lucros dos investidores privados estrangeiros. O caso da Lituânia acima mencionado demonstra como a decisão de uma cidade de remunicipalizar o aquecimento urbano desencadeou uma queixa ao abrigo da ISDS. O historial de proteção do investimento demonstra que vários países foram processados e multados em centenas de milhões de dólares quando decidiram acabar com projetos de privatização para proteger o interesse público. Na Bulgária, até a mera ameaça de proteção do investidor foi suficiente para comprometer os planos do governo de organização de um referendo sobre os serviços de água na capital, Sófia. Quando um investidor vence um litígio ao abrigo da ISDS, a indemnização é recuperada dos contribuintes por via dos orçamentos públicos, o que pode reduzir a acessibilidade dos serviços públicos e atrasar investimentos muito necessários.

O nosso estudo revelou que as decisões de desprivatizar serviços públicos desencadearam pelo menos 20 casos de arbitragem internacional (dez na água, três na energia, três nos transportes e quatro nas telecomunicações). Existe uma consciencialização crescente nas cidades de que o atual regime de comércio e investimento, e em especial elementos como a ISDS, limitam seriamente a margem política das administrações locais para (re)conquistar o controlo sobre os serviços e recursos locais. Cada novo caso de remunicipalização é mais um motivo a acrescentar aos 835 já existentes para nos opormos à ISDS.

8 *Lições aprendidas: começar por não privatizar*

O número crescente de remunicipalizações reflete a realidade de que muitos projetos de privatização e PPP não cumpriram o que prometiam. Muitas vezes, a remunicipalização é uma resposta coletiva das administrações locais e dos cidadãos aos fracassos das privatizações e das PPP. No capítulo 7 de *Reconquistar os serviços públicos*, a Rede Europeia sobre Dívida e Desenvolvimento (Eurodad) avisa-nos acerca das falsas promessas financeiras das Parcerias Público-Privadas (PPP). Estes contratos são apresentados às administrações locais e nacionais, incluindo governos dos países do Sul a nível global, como uma forma fácil de financiar infraestruturas públicas sem necessidade de obter crédito ou esvaziar os cofres do Estado para os investimentos de capital necessários. Os autores demonstram que as PPP são na realidade uma forma oculta de dívida e, em última análise, revelam-se mais dispendiosas para as administrações públicas a longo

prazo. As PPP são concebidas por forma a criar uma ilusão de acessibilidade e ocultar custos e responsabilidades reais, o que torna fácil convencer os responsáveis públicos a embarcarem em projetos de grande escala que não refletem necessariamente as necessidades reais das suas populações. Inversamente, o projeto de clínicas de saúde pública em Deli atrás descrito comprova que é possível implementar soluções economicamente racionais que asseguram o acesso universal a cuidados de saúde básicos. Outra lição fundamental da experiência internacional é que, muitas vezes, os contratos privados são incrivelmente difíceis de modificar ou rescindir. Uma vez assinado o contrato, os prestadores de serviços privados conseguem bloquear as condições contratuais, e quaisquer alterações subsequentes implicam um elevado custo para as autoridades públicas. Quando se trata de rescindir contratos, ou mesmo de não renovar os que cessam, as administrações locais e nacionais enfrentam frequentemente uma contenda difícil e dispendiosa.

9 *A (re)municipalização proporciona oportunidades para uma nova titularidade pública democrática e diversificada*

Os serviços públicos não são perfeitos simplesmente por serem públicos. Têm também de melhorar e renovar continuamente os seus compromissos para com a sociedade. Se alargarmos a nossa definição de "público", abrangemos uma maior gama de iniciativas de desprivatização. Muitos casos de remunicipalização e a criação de novas empresas públicas proporcionam a oportunidade para renovar compromissos públicos e criar um espaço para que vários

Parlamento de Cidadãos de Terrassa e aprovaram duas moções a apresentar à Câmara Municipal para assegurar que a recuperação da água para o domínio público em Terrassa seja também um passo no sentido da gestão da água como bem comum. O sucesso da remunicipalização em Terrassa e da implementação de um novo modelo de gestão com a participação genuína dos cidadãos será uma importante vanguarda para muitas outras cidades catalãs e espanholas.

10 *Cidades em processo de remunicipalização e grupos de cidadãos estão a colaborar e a desenvolver redes*

A (re)municipalização também demonstra que as cidades e os grupos locais não estão sozinhos na vontade de desenvolver serviços públicos democráticos, eficazes e voltados para o futuro. As experiências de (re)municipalização com êxito inspiram e capacitam outras administrações locais para seguirem o exemplo. Vemos cidades e grupos a unirem forças em cada sector e em cada cidade, aos níveis europeu e internacional, e a compensarem a influência e a obstrução das grandes empresas e dos governos centrais. As diferentes formas de parcerias público-públicas estão a prosperar. Vemo-lo na forma como as autarquias e os cidadãos uniram forças, na Alemanha e não só, para promover transições energéticas genuínas. A nova empresa municipal de energia de Nottingham catalisou experiências semelhantes noutras cidades, o que acabou por resultar numa parceria comum. As redes francesa e catalã de operadores públicos da água partilham recursos e experiências e colaboram entre si para lidar com os desafios da remunicipalização. Mais

de 200 autarquias norueguesas cooperam a nível local de forma tripartida com os sindicatos para tornar os serviços públicos eficientes e democráticos. Mais de 2300 cidades de toda a Europa uniram-se em oposição ao acordo de comércio livre TTIP UE-EUA, bem como a acordos similares baseados em políticas de liberalização e privatização. A coligação progressista Barcelona en Comú e muitas outras coligações homólogas em Espanha idealizaram uma visão "municipalista" global no âmbito da qual praticam várias formas de democracia participativa direta e trabalham com pragmatismo em soluções para desafios globais. O ressurgimento da (re)municipalização proporciona uma importante janela de oportunidade para que os cidadãos e os trabalhadores recuperem o controlo democrático dilapidado pelas privatizações ao longo das últimas décadas. Estão a acumular-se factos que evidenciam que as populações conseguem recuperar os serviços públicos e entrar numa nova geração de titularidade pública. Felizmente, a dinâmica está a desenvolver-se, com diversos movimentos e atores a unirem forças na promoção da mudança positiva nas nossas comunidades.

^[1] Usamos o termo "remunicipalização" para designar o processo de recuperação para o domínio público e a gestão local de serviços anteriormente privados ou privatizados. Estamos cientes de que nem sempre é um termo inteiramente adequado, já que, em alguns casos, os serviços recuperados estiveram sempre em mãos privadas ou não existiam anteriormente. Em tais casos, "municipalização" seria um termo mais apropriado. A (re)municipalização abrange ambos os casos. Há também exemplos de serviços públicos que foram desprivatizados ao nível nacional. Tratamos essas "renacionalizações" separadamente para nos focarmos nos atos locais e também porque algumas formas de renacionalização (quando se trata de centralização de poder ou de assistência temporária a empresas privadas em situação difícil) não se enquadram no âmbito do nosso estudo. Por fim, há exemplos numerosos de cidadãos e utentes que assumem a liderança na recuperação de serviços essenciais de entidades comerciais para os gerirem sem fins lucrativos em benefício das suas comunidades. Para nós, tais casos também se enquadram no conceito de (re)municipalização desde que sejam inspirados em valores de serviço público e objetivos não comerciais. A desprivatização serve, assim, como termo abrangente para abarcar a (re)municipalização, a renacionalização e a recuperação de serviços públicos liderada pelos cidadãos, todas elas situações vocacionadas para combater os males da privatização.

Contacte o Transnational Institute pelo +31 20 662 6608, www.tni.org

Lavinia Steinfort <l.steinfort@tni.org> e Satoko Kishimoto <satoko@tni.org>



Acerca do TNI

O Transnational Institute (TNI) é um instituto internacional de investigação e patrocínio empenhado em construir um planeta justo, democrático e sustentável. Há mais de 40 anos que o TNI funciona como elo de ligação único entre movimentos sociais, académicos militantes e decisores políticos.